

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO NO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO EM RORAIMA: AÇÕES DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA E DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Eduardo Gomes da Silva Filho
Professor da Universidade Federal de Roraima
Doutorando-PPGH/UNIVERSO
E-mail: eduardo.filho@ufr.br

Resumo: A proposta deste trabalho é desenvolver uma análise acerca da atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira – PEFs, nas áreas transfronteiriças do Estado de Roraima, levando-se em consideração o trabalho de patrulhamento dos seis Pelotões que estão sobre a jurisdição do Comando da 1.^a Brigada de Infantaria de Selva - Bda Inf SI (Brigada D'Almada) e, conseqüentemente, o 7.^o Batalhão de Infantaria de Selva – 7.^o BIS, ambos localizados na cidade de Boa Vista, estado de Roraima. A questão central da pesquisa, gira em torno da influência desses pelotões junto à sociedade civil, com foco no combate ao tráfico de drogas e nos atendimentos médicos, odontológicos e programas esportivos aos povos indígenas, imigrantes e refugiados venezuelanos, tendo como base, além das áreas de fronteira, às ações da Operação Acolhida. Trabalharemos com a metodologia da História Oral, com ênfase na memória. A pesquisa apresenta grande relevância para a Amazônia, o Estado de Roraima, o Exército Brasileiro, a Defesa Nacional, e, principalmente, às ações humanitárias de acolhida e interiorização em tempos de Covid-19, proporcionando aos grupos atendidos (indígenas, sociedade civil, refugiados e imigrantes venezuelanos) o apoio das Forças Armadas para o seu bem-estar. Nesse sentido, existem duas frentes de trabalho do Exército em Roraima, uma, a partir da ação da Coordenadoria Operacional de Brigada e Controle de Fronteira, responsável pelas ações dos PEFs, e a outra da Coordenação da Operação Acolhida (que também está à frente dos processos de interiorização dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista).

Palavras-chave: Pelotões Especiais de Fronteira; Roraima; Operação Acolhida.

Considerações iniciais

A defesa do território nacional e, conseqüentemente, amazônico faz parte de uma política de defesa nacional, com atuação direta das Forças Armadas, a fim de garantir à soberania nacional. No Estado de Roraima, existem particularidades em termos fronteiriços, pois há divisões desses espaços com outros países. Nas partes norte e noroeste com a Venezuela e ao leste, com a Guiana Inglesa.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

É sabido, que áreas de fronteiras necessitam de monitoramentos constantes, principalmente pelas Forças Armadas, pois existem grandes dificuldades dessa vigilância, por causa das grandes extensões territoriais existentes entre esses países. Soma-se a isso, a preocupação na apreensão das entradas ilegais de drogas, produtos oriundos de contrabando, atuação de garimpeiros, além de imigrantes ilegais.

É partir dessa premissa, que o Exército brasileiro, mantém nessas áreas os Pelotões Especiais de Fronteira.¹ Seu objetivo principal, de acordo com (NASCIMENTO; SÁ, 1996, p. 43) é o lema “vida, combate e trabalho”. Isso visa proporcionar ao menos uma certa oferta de serviços à população do seu entorno, como podemos observar abaixo:

Para cumprir sua missão nos pelotões [...] torna-se obrigatório a existência de pelo menos um médico, um dentista, um farmacêutico e um veterinário, além dos demais militares, cuja principal missão é servir de sentinela avançada. O comandante do pelotão, geralmente. (Idem, p. 43).

Nessa região, o primeiro Pelotão foi instalado no município de Bonfim em 1969, desde então, outros PEFs foram instalados, com o objetivo do fortalecimento do patrulhamento e apoio das comunidades no espaço transfronteiriço de Roraima.

No ano de 2018, teve início a Operação Acolhida, que segundo (PINHO, 2019, p. 15) “[...] foi a maior operação de ajuda humanitária ocorrida na América do Sul e teve como fato gerador uma nova realidade mundial: a migração humana”. Mas existe nesse ínterim, a partir do papel do Exército nas ações dos Pelotões Especiais de Fronteira e da Operação Acolhida um dilema entre o patrulhamento das fronteiras e o acolhimento.

A partir dessas inquietações, e tentando preencher uma lacuna no processo historiográfico, chegou-se ao seguinte problema de pesquisa: de que forma a Operação Acolhida afeta o trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença, que é a base do plano nacional de defesa para a Amazônia no contexto transfronteiriço de Roraima?

A Gênese dos Pelotões Especiais de Fronteira no Estado de Roraima

¹ O 1º Pelotão de Fronteira fica no município de Bonfim (área limítrofe com a Guiana Inglesa), o 2º Pelotão de Fronteira em Normandia (área limítrofe com a Guiana Inglesa), o 3º Pelotão de Fronteira em Pacaraima (divisa com a Venezuela), o 4º Pelotão de Fronteira na Região de Surucucu, o 5º Pelotão de Fronteira em Auaris (TI Yanomami, fronteira com a Venezuela) e o 6º Pelotão de Fronteira no município de Uiramutã.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

Segundo informações que nos históricos do Batalhão de Selva-7.ºBIS (Comando de Roraima) e da Brigada de Selva- 1ª Bda



constam
7.º
Infantaria
Fronteira
1.ª
Infantaria
Inf SI:

Às 06 horas do dia 1º de

janeiro de 1969, o Cap Airton Amorim de Lima, Comandante da 9ª Cia Fron, iniciou o deslocamento de um Pelotão pronto para o combate, de Boa Vista para a região de Bonfim, fronteira do Brasil com a Guiana Inglesa, devido à Revolta do Rupununi, que ocorria na região sul do país vizinho e que ocasionava a fuga de muitos refugiados de Lethem para o Brasil. (HISTÓRICO PEF. <http://www.7bis.eb.mil.br/histórico.html>).

Figura 1 – 1.º PEF – Bonfim-RR.

Fonte: Acervo do Exército.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

A ida de acordo com informações colhidas no histórico, militares do 27º BC de Manaus (atualmente 1º BIS) e do CIGS, 5ª Companhia de Guardas de Belém (atual 2º BIS), ocuparam a região do Bonfim e substituíram os militares da 9ª Cia Fron.

Os militares do CIGS e da 5ª Companhia de Guardas ficaram em Bonfim até março de 1969, quando foram substituídos e retornaram a Manaus. Nessa época foi estabelecido o primeiro Destacamento de Segurança na área, constituído por militares da 9ª Cia Fron, até que o 6º BEC concluisse a construção das atuais instalações. (Idem, HISTÓRICO PEF).

Já o 2.º PEF, foi instalado no município de Normandia, distante 185km de Boa Vista pela rodovia BR-401, de acordo com informações contidas no histórico desse pelotão, foi no dia 03 de janeiro de 1969, que as tropas embarcaram para esse município, sob o comando do 2º Ten Eutychio Gonçalves P. Mendes. A principal motivação, foi por conta da Revolta do Rupununi, na faixa de fronteira com a Guiana. O pelotão instalou-se no sopé do Morro do Cruzeiro, até o ano de 1972, quando o 6.º BEC conseguiu concluir suas instalações.

Abaixo podemos observar uma imagem com a representação do 2.º PEF, no município de Normandia.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

Figura 2 – 2.º PEF – Normandia-RR



Fonte: Acervo do Exército.

O processo de instalação do 3.º PEF ocorreu de forma gradual, também tendo como marco temporal o ano de 1969, inicialmente na comunidade indígena de Surumú, com o objetivo de tentar manter uma certa neutralidade referente à a Revolta do Rupununi. Concomitante a isso, o 6.º BEC construiu o trecho da BR-174 (Caracaraí-Boa Vista), além da BR-401, no trecho Boa Vista – Bonfim - Normandia. Ainda no ano de 1969, foram construídos os campos de pouso em Bonfim, Normandia e Vila Pereira, local de destacamento do embrião do 3.º PEF.

Entre maio de 1972 e janeiro de 1973, houve a inauguração de um trecho da BR-174, isso possibilitou a construção de uma estrada que ligou Boa Vista à Vila de Pacaraima, sendo assim, o destacamento que estava na Vila Pereira, foi transferido para a fronteira com a Venezuela, no alto da Serra Pacaraima. O 6.º BEC ajudou na construção do quartelamento do pelotão. No dia 11 de março deste mesmo ano, o Destacamento de Pacaraima passou a ser denominado 3º Pelotão Especial Fronteira.

O 3.º PEF está situado a aproximadamente 215km da cidade de Boa Vista, seguindo a BR-174, no sentido Venezuela, a cidade de Pacaraima faz fronteira com Santa

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

Elena de Uairén, um dos marcos de fronteira mais famosos é o Marco BV-8 (antiga Vila de Pacaraima).

Figura 3 – 3.º PEF – Pacaraima-RR



Fonte: Acervo do Exército.

A implantação do 4.º Pelotão Especial de Fronteira, nos remete a um período histórico de Roraima, por volta de 1963, época que a Força Aérea Brasileira-FAB, estava abrindo algumas pistas de pouso no antigo território de Roraima. Com o objetivo de facilitar a comunicação com os indígenas da região, os militares convidaram os missionários da Missão Cruzada de Evangelização (MEVA). Os missionários foram direcionados para duas regiões específicas de interesse da FAB, Parima B e Surucucu. Contudo, Parima B estava dentro dos limites do território venezuelano, sendo necessária a saída da FAB e dos missionários, com continuação da missão apenas na região de Surucucu até meados do ano de 1976, quando foi interrompida por causa de ausência de pessoal e dos constantes conflitos entre os indígenas locais.

A saída da missão e dos militares do local contribuiu para o aumento do garimpo ilegal, mesmo a FUNAI colocando um posto de atração na região. Com a criação do Projeto Calha Norte em 1985, fortaleceram-se as ações governamentais na região, no ano seguinte, o local da construção do pelotão foi escolhido, e concluído no ano de 1988 na região de Surucucu.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

Abaixo, podemos observar um panorama aéreo da região de Surucucu TI Yanomami, onde foi instalado o 4.º PEF. Esta região, enfrenta diversos conflitos entre garimpeiro e indígenas, sendo necessárias ao longo do tempo, várias intervenções dos PEFs, a fim de coibir as ações ilegais.²

Figura 4 – Vista aérea do 4.º PEF, região de Surucucu



Fonte: Acervo do Exército.

Em dezembro de 1995, a aeronave Búfalo C-115 Nr 2369, decolou da Base Aérea de Boa Vista, levando o primeiro destacamento para a região de Auaris, a fim de ocupar o 5.º PEF. Após a chegada dos militares, houve o hasteamento da bandeira, fato que determinou de maneira oficial a criação do pelotão naquela região.

O acesso ao pelotão é difícil, ele está situado em uma área de clareira aberta na selva, entre as montanhas da Serra Parima, TI Yanomami, distante 445km de Boa Vista. Toda logística é feita de forma aérea, com aviões da FAB e apoio da MEVA, Associação Yanomami Hutukara e o Instituto Socioambiental-ISA, com ajuda de um posto da Secretaria e Distrito Sanitário Especial Indígena-SESAI-RR.

² Essas operações, como no caso da Operação Ágata, que atua diretamente em TI indígenas, têm apoio de outros órgãos governamentais, como a Polícia Federal, Funai, INPA e ICMBio.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

De acordo com informações contidas no histórico dos PEFs:

O 5º PEF é responsável pela vigilância de parte da fronteira seca com a Venezuela. Graças ao isolamento da região, são registradas pouquíssimas atividades de garimpo ilegal. Próximo ao 5º PEF vivem cerca de 2.000 índios das etnias Sanomá e Yecwana, distribuídos em 30 comunidades. Atualmente três indígenas Sanomás e um Yecwana servem como soldados e têm atuação destacada como guias e intérpretes. Possui onze PNR³ para as famílias dos oficiais, sargentos e cabos, que ali residem. A pista de pouso de Auaris é asfaltada e tem 1200m de comprimento. (Cf. HISTÓRICO PEF. <http://www.7bis.eb.mil.br/histórico.html>).

Figura 5 – Vista aérea do 5.º PEF, região de Auaris, TI Yanomami, fronteira com a Venezuela



Fonte: Acervo do Exército.

A presença de um pelotão na região de Uiramutã, foi planejada no final da década de 1990, a partir das ações do Projeto Calha Norte. Contudo, as tensões provocadas pela demarcação da TI Yanomami Raposa-Serra do Sol, aceleraram a implantação do 6.º PEF, no ano de 2002. Até o ano de 2004, havia um rodízio de militares no local, isso ocorria a cada três meses, mas depois esse intervalo passou para um ano, e permanece até os dias atuais. O acesso é difícil, devido parte do percurso ser de chão batido.

³ O “Próprio Nacional Residencial” (PNR) visa amparar militares, sejam acompanhados ou não de seus familiares nessas áreas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

Figura 6 – Vista aérea do 6.º PEF, Uiramutã



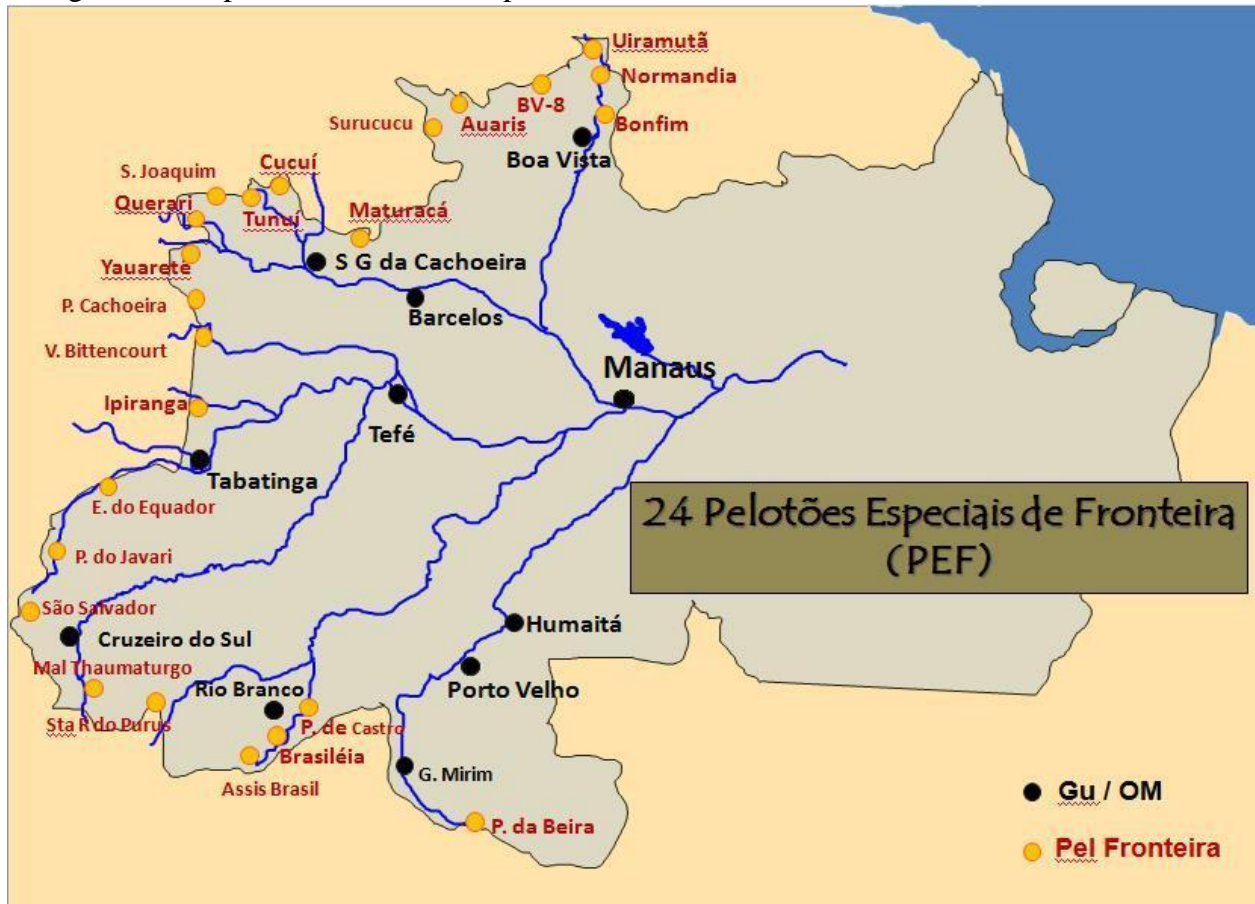
Fonte: Acervo do Exército.

Alguns apontamentos sobre Defesa, estrutura e ações

No âmbito do escopo da Política Nacional de Defesa -PND, a proteção da Amazônia é sem dúvida uma prioridade, desde meados da implantação do Projeto Calha Norte em 1985, houve uma intensificação em determinadas ações voltadas à proteção de áreas transfronteiriças, a partir de uma série de estratégias de defesa.

É a partir desse cenário, que se fortaleceu a ideia de ampliar a atuação dos Pelotões de Fronteira nessa região. Como vimos acima, o foco da pesquisa incide nos pelotões que foram criados nas áreas limítrofes de fronteira do Estado de Roraima, no entanto, na Amazônia Ocidental, são cerca de vinte e quatro Pelotões Especiais de Fronteira, como podemos observar na figura abaixo.

Figura 7 – Mapa dos 24 Pelotões Especiais de Fronteira da Amazônia Ocidental



Fonte: Acervo do Exército.

O Pelotão Especial de Fronteira é uma Organização Militar (OM), que tem um comandante específico, com o objetivo de implementar estratégias de presença na Amazônia brasileira. De acordo com as palavras do General Rodrigo Otávio:

Árdua é a missão de defender e desenvolver a Amazônia. Muito mais árdua, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la. Hoje, essas palavras motivam aqueles que servem na Amazônia, desde as capitais até seus limites mais remotos. Pessoas simples vivem nas proximidades ou dentro de um PEF e se entusiasma com os desafios do dia-a-dia. Esses brasileiros, militares e civis, guarnecem as fronteiras e fortalecem a soberania brasileira na região, a despeito de todas as dificuldades. (VERDE OLIVA, 2006, p. 41).

Existe uma hierarquia de comando nos PEFs, em particular, quando nos referimos aos que estão nas regiões de fronteira do Estado de Roraima, ela se inicia no Ministério da Defesa-MD, Estado Maior do Exército-EME, Comando Militar da Amazônia-CMA,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

1.ª Brigada de Infantaria de Selva-1.ª Bda Inf SI, 7.º Batalhão de Infantaria de Selva-7.º BIS-RR.

No âmbito das Organizações Militares que estão sob a jurisdição do CMA na 12.ª Região Militar, existe uma subdivisão em: Destacamento, Pelotão e Companhia. De acordo com a Revista Verde Oliva:

O Destacamento Especial de Fronteira é o núcleo inicial de um futuro Pelotão ou Companhia. Seus homens permanecem em instalações provisórias, sem familiares. O efetivo varia entre 10 e 20 homens. Há seis Destacamentos na região Amazônica. (2006, p. 41).

Em relação aos Pelotões Especiais de Fronteira, segue a descrição:

O segundo tipo é o PEF propriamente dito, com 66 homens comandados por um Tenente e todas as instalações comuns a qualquer aquartelamento: alojamentos, próprios nacionais residenciais, salas de instrução etc. Além dessas, há outras instalações peculiares, como carpintaria, padaria, horta, currais, pomares, igreja; enfim, tudo aquilo que é necessário para a sobrevivência de uma pequena comunidade. Nele vivem, em média, 15 dependentes de militares. O CMA possui 28 PEF. (Idem, p. 42).

Já em relação às Companhias Especiais de Fronteira-CEF, são comandadas por Capitães que passaram pela Escola de aperfeiçoamento de Oficiais e concluíram o curso de formação, com ênfase na tríade *Vida, Combate e Trabalho*, que compõe os pilares da soberania (VERDE OLIVA, 2006).

Nos pelotões, além das ações voltadas à Defesa Nacional, também são desenvolvidas outras atividades, como podemos observar abaixo:

- Assistência médica e odontológica
- Programas esportivos
- Vacinação
- Telemedicina
- Orientações ligadas à agricultura

Abaixo, podemos observar um quadro com base na Filosofia da tríade:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

Quadro 1 – Tríade das ações dos PEFs

VIDA	COMBATE	TRABALHO
Saúde	Vigilância	Agropecuária
Educação	Guarda	Tecnologia
Lazer	Reconhecimento de fronteira	Serviços
Alimentação	Adestramento	Construção

Fonte: Verde Oliva, 2006, p. 43.

Aspectos da Operação Acolhida

A Operação Acolhida foi criada em março de 2018, como forma do governo brasileiro dar uma resposta ao crescente fluxo migratório proveniente do agravamento da crise humanitária na Venezuela. De acordo com a palavras de Alessandro Paiva de Pinho:

Nos últimos anos, a migração internacional tornou-se uma realidade global. O mundo assistiu, perplexo, diversos eventos de destaque, alertando para o início de uma nova tendência: os povos, ao enfrentar problemas em suas pátrias, passaram a deixar seus países com uma facilidade nunca antes vista (PINHO, 2019, p. 15).

O autor prossegue, citando a formação do Comitê Federal de Assistência Emergencial, com base no o Decreto Nr 9.286, de 15 de fevereiro de 2018.

- I - Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá;
- II - Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- III - Ministério da Defesa;
- IV - Ministério das Relações Exteriores;
- V - Ministério da Educação;
- VI - Ministério do Trabalho;
- VII - Ministério do Desenvolvimento Social;
- VIII - Ministério da Saúde;

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

IX - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
X - Ministério da Integração Nacional;
XI - Ministério dos Direitos Humanos; e
XII - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
§ 1º Os Ministros de Estado dos órgãos a que se refere o caput serão os representantes titulares do Comitê Federal de Assistência Emergencial (PINHO, 2019, p. 23-24).

Toda essa preparação, tem amparo legal em outras legislações, que culminou com a formação de uma grande força tarefa humanitária, com coordenação e execução do Governo Federal e o apoio de entes federativos e agências e organizações internacionais, organizações da sociedade civil, além de entidades privadas. (HISTÓRICO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-1>).

A participação do Ministério da Defesa na Operação Acolhida se dá por meio das Três Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica, que formam a Força-Tarefa Logística Humanitária e atuam de forma organizada e intercalada.

As Forças Armadas, em operações de ajuda humanitária, têm sido utilizadas em situações de emergência, como a que se está vivenciando com a crise humanitária na Venezuela. Para o ordenamento da fronteira, foi necessário fazer uso da capacidade logística e estrutura organizacional, planejamento estratégico, operacional e tático das Forças Armadas para uma resposta rápida, a fim de mitigar todos os transtornos que estavam ocorrendo na fronteira Brasil - Venezuela.

Quando da federalização das ações inerentes ao fluxo de imigrantes oriundos da crise humanitária na Venezuelana, coube ao Ministério da Defesa (Forças Armadas) todas as ações relacionadas à infraestrutura e logística nos três eixos da Operação Acolhida: Ordenamento da Fronteira, Acolhimento e Interiorização.

Considerações finais

A pesquisa se encontra em andamento, tendo como base à problemática inicial levantada, que visa identificar, como vimos acima, como a Operação Acolhida afeta o trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença na Amazônia, e, em particular,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

nos espaços transfronteiriços do estado de Roraima, tendo como base às ações de ordenamento de fronteira, acolhimento e interiorização.

Inicialmente, percebeu-se um dilema entre os militares, em termos de percepção destas duas frentes, ou seja, do binômio entre a defesa do território e o acolhimento. Contudo, isso requer ainda um maior aprofundamento, visto que a pesquisa ainda necessita de ser verticalizada.

Para tanto, utilizar-se-á como metodologia a História Oral, com ênfase nas memórias dos entrevistados, atrelado a isso, trabalhar-se-á de maneira qualitativa, com análise e interpretação na compreensão dos dados coletados.

Referências

BRASIL. **Decreto no 9.286**. 15 de fevereiro de 2018b. Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9286.htm. Acesso em: 09 de ago de 2021.

HISTÓRICO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-1>. Acesso em: 09 de ago de 2021.

HISTÓRICO PEF. Disponível em: <http://www.7bis.eb.mil.br/historico.html>. Acesso em: 09 de ago de 2021.

NASCIMENTO, M. L. SÁ, A. J. **Pelotão Especial de Fronteira**: territorialidades e temporalidades na "Cabeça do Cachorro-AM. Organização panamericana de saúde. Reunion de trabajo sobre políticas de salud y pueblos indigenas. Quito. 1996.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

PINHO, Alessandro Paiva de. **O Exército Brasileiro na Operação Acolhida**. TCC (especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

VERDE OLIVA. **Pelotões Especiais de Fronteira**. ANO XXXIII – Nº 189 – JUL/AGO/SET 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/Eduardo/Dropbox/My%20PC%20\(DESKTOPN7QLGP8\)/Desktop/rvo189.pdf](file:///C:/Users/Eduardo/Dropbox/My%20PC%20(DESKTOPN7QLGP8)/Desktop/rvo189.pdf). Acesso em: 09 de ago de 2021.